

**EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.830.903 - RJ (2019/0234174-9)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**EMBARGANTE : CONDE DE BRAGANCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS**  
**SPE LTDA**  
**ADVOGADOS : MARCILIO AFONSO LUSTOSA VIEIRA - RJ004652D**  
**FRANCINE BARRETO VIEIRA ASSUMPÇÃO - RJ152465**  
**NATASHA ANNIBAL NEVES - RJ223220**  
**EMBARGADO : LUCIANA SOARES COSENZA EVANGELISTA**  
**EMBARGADO : GUSTAVO HENRIQUE COSENZA EVANGELISTA**  
**ADVOGADO : JOSIMAR LIMA PEDROSA - RJ085047**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO MANIFESTADA NA VIGÊNCIA DO NCPC. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. VERBA HONORÁRIA RECURSAL NÃO DEVIDA, ANTE O PROVIMENTO DO APELO NOBRE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

**DECISÃO**

LUCIANA SOARES CONSENZA EVANGELISTA (LUCIANA) e GUSTAVO HENRIQUE CONSENZA EVANGELISTA (GUSTAVO) ajuizaram ação de indenização, com pedido de antecipação de tutela, contra CONDE DE BRAGANÇA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA. (CONDE DE BRAGANÇA), que foi julgada procedente para condenar a ré ao pagamento de compensação por danos morais no valor de R\$ 20.000,00 (doze mil reais), acrescido de juros de 1% ao mês a contar da citação e correção monetária a contar desta data (e-STJ, fls. 379/382).

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos para corrigir erro material na parte dispositiva, alterando o extenso do valor fixado a título de indenização por dano moral para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

As partes apelaram.

Por decisão monocrática, o Desembargador relator – Dr. Antônio Carlos dos Santos Bitencourt – negou provimento aos recursos (e-STJ, fls. 442/456).

Irresignados, interpuseram agravo interno, o qual não foi provido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, nos termos da seguinte ementa:

*AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS APTOS A ENSEJAR A ALTERAÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA HOSTILIZADA, QUE NEGOU*

*PROVIMENTO AOS RECURSOS, EM DECISÃO ASSIM EMENTADA: "APELAÇÕES CIVEIS. AÇÃO INDENIZATÓRIA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. DIREITO DO CONSUMIDOR. ATRASO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UNIDADE IMOBILIÁRIA. IMÓVEL NÃO ENTREGUE NO PRAZO AVENÇADO ENTRE AS PARTES. ATRASO ACIMA DE 180 DIAS. O AUTOR CELEBROU PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL JUNTO À RÉ, A QUAL, POR SUA VEZ, INADIMPLIU A AVENÇA E RETARDOU A ENTREGA DA OBRA, OCASIONANDO DANO MORAL POR OFENSA A UM DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE. ATRASO INJUSTIFICÁVEL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO COMPROVADA. FORTUITO INTERNO. APLICABILIDADE DA TEORIA DO RISCO DO EMPREENDIMENTO. DANO MORAL IN RE IPSA. SENDO CERTO QUE QUANTIA DE R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), ATENDE MELHOR AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE, ALÉM DE ATINGIR O OBJETIVO PUNITIVO-PEDAGÓGICO. ADEMAIS, APLICA-SE NESTES CASOS A ORIENTAÇÃO DO ENUNCIADO DA SÚMULA 343 DESTE TRIBUNAL, IN VERBIS: "A VERBA INDENIZATÓRIA DO DANO MORAL SOMENTE SERÁ MODIFICADA SE NÃO ATENDIDOS PELA SENTENÇA OS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE NA FIXAÇÃO DO VALOR DA CONDENAÇÃO". DANO EMERGENTE E LUCROS CESSANTES NÃO COMPROVADOS NOS AUTOS. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS DESTA CORTE. SENTENÇA IRRETOCÁVEL. DESPROVIMENTO DOS RECURSOS".*

*DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO* (e-STJ fls. 477/478).

Ainda irresignada, CONDE DE BRAGANÇA interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, alegando violação dos arts. 932, IV, e 1.021, § 4º, do NCPC, e 944 do CC, ao sustentar que (1) correta a interposição de agravo interno contra a decisão monocrática, pois a decisão combatida confronta entendimento do STJ, devendo ser afastada a multa imposta; (2) não é caso de indenização por danos morais, pois os recorridos já se encontravam em mora anterior e superior aos 22 meses; (3) alternativamente, o valor da indenização deve ser reduzido; e (4) há divergência jurisprudencial a respeito da configuração do dano moral.

As contrarrazões não foram apresentadas (e-STJ, fl. 540).

O apelo nobre foi admitido (e-STJ, fls. 542/546).

Em decisão monocrática da minha relatoria, o recurso foi conhecido em parte e, nessa extensão, parcialmente provido, nos termos da seguinte indexação:

*RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO C/C PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AFASTAMENTO. CONFIGURAÇÃO DO DANO MORAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 284 DO STF. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA PARTE, PARCIALMENTE PROVIDO (e-STJ, fl. 563).*

Dessa decisão, CONDE DE BRAGANÇA interpôs agravo interno, ao qual dei provimento, para, reconsiderando a decisão, conhecer e dar provimento ao recurso especial. Eis a sua indexação :

*AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RECONSIDERAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO C/C PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. ATRASO NA ENTREGA DA OBRA. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AFASTAMENTO. DANO MORAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO. FRUSTRAÇÃO CONTRATUAL. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO (e-STJ, fl. 594).*

Nestes aclaratórios, CONDE DE BRAGANÇA alegou a existência de omissão no que tange a majoração da verba honorária nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15.

Foi apresentada impugnação (e-STJ, fls. 608/609).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que o presente recurso especial foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Em virtude do reconhecimento de que o agravo interno não tinha cunho protelatório e que não houve a configuração do dano moral, foi dado provimento ao recurso especial para afastar a multa e, também, a compensação pretendida, sem, no entanto, ter sido majorada a verba honorária em favor dos patronos de CONDE DE BRAGANÇA.

Isso porque a eg. Terceira Turma, no julgamento dos EDcl no AgInt no REsp nº 1.573.573/RJ, firmou entendimento de que, para fins de arbitramento de honorários recursais, previstos no art. 85, § 11, do NCPC, é necessário o preenchimento de requisitos cumulativos, entre eles, tratar-se do recurso principal de determinada instância.

Naquele julgamento, ponderou-se que, no Superior Tribunal de Justiça, o agravo do art. 1.042 do NCPC dá causa à inauguração da instância recursal e, assim, é considerado recurso principal, em cujo julgamento é possível majorar os honorários anteriormente fixados. Também ficou registrado que os honorários advocatícios recursais aplicam-se aos casos de não conhecimento integral ou de não provimento do recurso, pelo Relator, ou órgão colegiado competente.

No caso em comento, embora se trate de apelo especial, cuida-se igualmente de recurso que dá inauguração a esta instância recursal. E sendo o apelo nobre provido, não há em relação a ele, majoração da verba honorária recursal a que alude o § 11 do art. 85 do NCPC.

Nessas condições, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator